

**IC - Inquérito Civil n. 06.2018.00000064-8**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e no art. 83, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 197/2000; e

**CÉLIO REISER FOES**, nacionalidade, estado civil, radialista, inscrito no CPF sob o n. 246767729/04, residente e domiciliado na Rua José Tedeo, n. 528, bairro São Judas, Itajaí/SC, acompanhado de seu advogado ao final signatário, ora **COMPROMISSÁRIO**, firma o presente:

**CONSIDERANDO** a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, inc. III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

**CONSIDERANDO** que o art. 225, *caput*, da Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações;

**CONSIDERANDO** que meio ambiente é "*o conjunto de condições,*

*leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga, e rege a vida em todas as suas formas"* (Lei n. 6.938/81, art. 3º, inciso I), e que poluição é "*a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos"* (inciso III);

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal lista a função social da propriedade em seu art. 5º, inciso XXIII, no intuito de garantir que direitos ou interesses particulares devam submeter-se aos interesses coletivos, de ordem pública, com os quais não podem entrar em conflito, porque estes preponderam e têm supremacia;

**CONSIDERANDO** as diretrizes, os princípios e os instrumentos jurídicos, políticos e técnicos estabelecidos pelo Estatuto das Cidades (Lei n. 10.257/2001), que fixa normas de ordem pública e interesse social reguladoras do uso da propriedade em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental;

**CONSIDERANDO** o art. 2º da Lei n. 10.257/2011, o qual dispõe que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante diversas diretrizes, dentre as quais, a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações, bem como a ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a utilização inadequada dos imóveis urbanos, a poluição e a degradação ambiental;

**CONSIDERANDO** que poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei n. 6.938/81);

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os

danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

**CONSIDERANDO** que, atualmente, a cidade de Itajaí encontra-se em estado de atenção em virtude da alta proliferação do mosquito da dengue, e que terrenos baldios são locais com maiores focos do mosquito, um vez que são mais favoráveis para sua propagação;

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento do Ministério Público, por meio de ofício encaminhado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, a notícia de que o imóvel localizado na Av Joca Brandão, 185, Centro, nesta Cidade, encontra-se em situação de abandono, com acúmulo de grande quantidade de lixo, colchões e pertences de moradores de rua no interior da estrutura;

**CONSIDERANDO** que segundo consta no referido ofício o acúmulo de lixo se estende à parte externa do imóvel, inclusive com recipientes com água parada, fato que favorece a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue, *zika* vírus, *chikungunya* e outras doenças;

**RESOLVEM** celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA 1ª** - O Compromissário compromete-se a cumprir as determinações da defesa civil constantes à fl. 8, realizando a demolição do imóvel OU a sua limpeza geral (área interna e externa), mediante a destinação ambientalmente correta dos resíduos, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do presente termo.

Parágrafo único: O Compromissário, em havendo negativa dos demais herdeiros quanto a demolição, compromete-se a obter a anuência judicial para a demolição no processo de inventário, comprometendo-se a cumprir a segunda parte da cláusula primeira independentemente da anuência, vistoriando o imóvel periodicamente.

**CLÁUSULA 2ª** - O Compromissário compromete-se a adotar as medidas necessárias, também no prazo de 30 dias, para impedir que o imóvel seja alvo de invasão de moradores de rua e usuários de drogas promovendo, para tanto,

seu isolamento de forma adequada.

**CLÁUSULA 3ª** - O Compromissário obriga-se a comprovar documentalmente o cumprimento das obrigações dispostas na Cláusula 1ª e 2ª, no prazo de 10 (dez) dias, a partir do término do prazo assinalado para o efetivo cumprimento.

**CLÁUSULA 4ª** - Como forma de recomposição pelos danos causados à coletividade, o Compromissário deverá arcar com o pagamento de 2 (dois) salários mínimos em favor do Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL - a ser pago mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça, para pagamento em 30 dias, a partir da assinatura do ajustamento de conduta.

**CLÁUSULA 5ª** - O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o Compromissário, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

**CLÁUSULA 6ª** - O descumprimento ou violação da Cláusula 1ª e 2ª deste Termo de Ajustamento de Conduta implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa no importe de R\$ 1.000,00 por dia de descumprimento.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A multa será recolhida ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, disciplinado pelo Decreto 1.047/87, valor a ser pago mediante boleto a ser emitido por esta Promotoria de Justiça.

**CLÁUSULA 7ª** - A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

**CLÁUSULA 8ª** - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 8ª** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais

efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Itajaí, 29 de janeiro de 2018.

**ALVARO PEREIRA OLIVEIRA MELO**  
**Promotor de Justiça**

**CÉLIO REISER FOES**  
**Compromissário**

**Alvaro Moreira Beliago Neto**  
**OAB/SC 31194/A**